



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA

Centro de Ciências da Educação

**CURSO DE GRADUAÇÃO EM
BIBLIOTECONOMIA**



KELLY DEBIAZI

**ESTUDO COMPARATIVO ENTRE TESAuros DA ÁREA DE DIREITO
DISPONÍVEIS *ONLINE***

Florianópolis, 2009.

KELLY DEBIAZI

**ESTUDO COMPARATIVO ENTRE TESAUROS DA ÁREA DE DIREITO
DISPONÍVEIS *ONLINE***

Trabalho de conclusão do Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia. Orientação de: Profa. Dra. Ligia Maria Arruda Café

Florianópolis, 2009.

D286e DEBIAZI, Kelly, 1987 -

Estudo comparativo entre tesouros da área de Direito disponíveis *online*/ Kelly Debiazi.
-- Florianópolis, 2009.

56 f., il.

Orientadora: Ligia Maria Arruda Café.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia)-
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, 2009.

1. Tesouros. 2. Área de Direito. I. Título.

CDD:025.49

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 2.5 Brasil. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by/2.5/br/> ou envie uma carta para Creative Commons, 171 Second Street, Suite 300, San Francisco, California 94105, USA.

Acadêmica: Kelly Debiazi

Título: Estudo comparativo entre tesouros da área de Direito disponíveis *online*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, aprovado com nota 9,0.

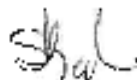
Florianópolis, 17 de junho de 2009.



Prof.^a Lígia Maria Arruda Café, Doutora,
Universidade Federal de Santa Catarina
Professor Orientador



Prof.^a Estera Muszkat Meneses, Mestre
Universidade Federal de Santa Catarina
Membro da Banca Examinadora



Prof.^a Sonali Paula Molin Bedin, Mestre
Universidade Federal de Santa Catarina
Membro da Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado à vida e saúde para realizar este trabalho.

Aos professores do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo trabalho e dedicação em repassar ensinamentos imprescindíveis ao nosso futuro profissional. A professora Ligia M^a A. Café, pela orientação, conselhos e incentivos, durante este trabalho como também em toda a graduação. À Professora Estera Muszkat Menezes e à Sonali Paula Molin Bedin, pela participação na banca de avaliação. À professora Miriam Figueiredo Vieira da Cunha, por ter aceito ser suplente da banca de avaliação.

A equipe da biblioteca da Procuradoria da República no estado de Santa Catarina, pelo alegre convívio e prazeroso dia a dia de trabalho, reconhecimento e abertura para desenvolver minhas habilidades biblioteconômicas, a bibliotecária e colega Maria Aparecida Sell Andrade Cardoso.

É com muita satisfação que dedico este trabalho aos meus pais Antonio Debiazi e Ivete Debiazi, que sempre apostaram em mim, e me incentivaram a conquistar meus objetivos. Aos meus irmãos Ismael, Raquel e Luiz Antonio e toda minha família pela amizade e confiança.

Ao meu namorado Robson, pela silenciosa compreensão e companheirismo contínuo, me dando apoio, carinho e compreensão, durante este trabalho com quem sempre pude contar.

A todos os meus colegas que fiz durante esta caminhada com a turma de Biblioteconomia 2005/2, e que levarei para sempre em minha vida, em especial as minhas amigas Missínia Mesquita e Graziela Bonin e Christian Rafael Cadalso companheiros por todos os momentos de alegria e tristeza, pelo apoio e longas risadas neste quatro anos de convivência diária e Pammella Emanoella Camatini Gonçalves amiga inseparável que sempre me apoiou, me incentivou e ajudou em toda a minha trajetória acadêmica, sua presença foi fundamental para o meu crescimento não só na faculdade (momentos de estudo), mas também pessoal.

Enfim, a todos os meus amigos que conviveram comigo antes e durante os anos da graduação, e contribuí direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

DEBIAZI, Kelly. **Estudo comparativo entre tesouros da área de Direito disponíveis online**. Florianópolis, 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

RESUMO

A escolha deste tema deve-se ao desejo de aprimorar o conhecimento teórico e prático sobre este tipo de linguagem documentária e de aprofundar sobre a importância dos tesouros na organização da informação. O foco desta opção encontra-se na área do Direito no Brasil, um campo em que a organização e recuperação da informação são primordiais para os avanços da pesquisa científica. Além disso, trata-se de uma área suporte a outras áreas e cuja precisão na recuperação é fundamental, o que enfatiza a necessidade de se adotar tesouros. Na fundamentação teórica, procurou-se relatar sobre o tratamento documentário, a estrutura e tipologia dos tesouros, área do Direito e a importância dos tesouros jurídicos. A pesquisa desenvolvida teve abordagem qualitativa e caráter exploratório, envolvendo procedimentos técnicos de pesquisa documental. O *corpus* se constituiu de quatro tesouros da área do Direito disponíveis *online*. Este *corpus* foi submetido à análise por meio de um roteiro elaborado com base nas características necessárias a elaboração de tesouros identificadas na literatura e nas normas ISO 2788-1974 (E) e ANSI/NISOZ39.19-2003, constituindo assim as seguintes variáveis de análise: a) aspectos gerais: introdução, formato de saída, vinculação a base de dados, possibilidade de propor novos termos, b) aspectos terminológicos: termos na forma substantivada, termos no singular, qualificadores, lista de Identificadores, lista de especificadores/modificadores e nota explicativa e c) aspectos sobre a relação entre conceitos: relação de equivalência, relação hierárquica, relação direta, relação indireta e relação associativa. Os resultados mostram que os tesouros na área de Direito em língua portuguesa disponíveis *online* cumprem com a maior parte do determinado pelas regras de elaboração de tesouro. Desta forma, conclui-se que os tesouros da área de Direito encontra-se dentro das normas, o que a torna um domínio exemplo para outros campos do conhecimento.

Palavras-chave: Tesouro. Direito. Sistema de representação do conhecimento.

DEBIAZI, Kelly. Comparative study between thesaurus in the area of law available on-line. Florianópolis, 57 f. Final Graduation Paper – Library Science Course, Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ABSTRACT

This topic was chosen due to the desire to improve the theoretical and practical knowledge of this particular type of documentary language and to investigate the importance of thesauri in information organization. This study focuses on the area of Law in Brazil, which is a field where information organization and retrieval are essential for any advance in scientific research. In addition this field acts as a support for other fields, thus making accurate retrieval vital, and underlining the need for thesauri. Documental treatment, structure and typology of thesauri, the field of Law and the importance of judicial thesauri were correlated for the theoretical foundation. The study took a qualitative approach and was of an exploratory nature involving technical procedures of documental research. The corpus consisted of four thesauri in the field of Law that are available on-line. This corpus was then analysed using a script based on the characteristics required to elaborate thesauri identified in the relevant literature and in the ISO standards 2788-1974 (E) and ANSI/NISOZ39.19-2003A using the following variables for analysis: a) general aspects: introduction, exit format, connection to the data base, ability to propose new terms, b) terminological aspects: noun form terms, singular terms, qualifiers, list of identifiers, list of specifiers/modifiers and explanatory notes and c) aspects of the relationship between concepts: equivalence relationship, hierarchical relationship, direct relationship, indirect relationship and associative relationship. The results show that the thesauri for the field of Law in Portuguese that are available online do in the main meet the rules for elaborating thesauri. From this, one can conclude that the field of Law is within the accepted standards, and thus sets an example for other fields of knowledge.

Key-Words: Thesaurus. Law. Knowledge Representation System.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Principais operações documentárias.....	13
Figura 2: Processo de tratamento.....	14
Figura 3: Campos do programa THES.....	27
Figura 4: Relação direta.....	31
Figura 5: Consulta on-line do Tesouro Jurídico da Justiça Federal.....	32
Figura 6: Lista de Modificadores.....	34
Figura 7: Relação direta e indireta.....	36
Figura 8: Relação direta e indireta.....	40
Figura 9: VCB pelo site de Senado.....	42
Figura 10: VCB pelo site Webthes.....	43
Figura 11: VCB em versão pdf.....	43
Figura 12: Exemplo de especificador.....	45
Figura13: Exemplo de especificador.....	46
Figura14: Exemplo de relação de equivalência.....	47
Figura 15: Relação direta e indireta.....	48
Figura 16: Relação associativa.....	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Apresentação terminológica.....	19
Quadro 2: Relação de equivalência e símbolos utilizados.....	19
Quadro 3: Relação hierárquica e símbolos utilizados.....	20
Quadro 4: Relação direta e indireta.....	20
Quadro 5: Relação associativa e símbolos utilizados.....	21
Quadro 6: Forma substantivada.....	28
Quadro 7: Adoção do singular.....	29
Quadro 8: Nota de explicativa.....	29
Quadro 9: Relação de equivalência e símbolo.....	30
Quadro 10: Relação hierárquica e símbolo.....	30
Quadro 11: Relação associativa, símbolo e natureza.....	31
Quadro 12: Forma substantivada.....	33
Quadro 13: Adoção do singular.....	34
Quadro 14: Nota de explicativa.....	35
Quadro 15: Relação de equivalência e símbolo.....	35
Quadro 16: Relação hierárquica e símbolo.....	36
Quadro 17: Relação associativa, símbolo e natureza.....	37
Quadro 18: Forma substantivada.....	38
Quadro 19: Adoção do singular.....	38
Quadro 20: Nota de explicativa.....	39
Quadro 21: Relação de equivalência e símbolo.....	40
Quadro 22: Relação hierárquica e símbolo.....	40
Quadro 23: Relação associativa, símbolo e natureza.....	41
Quadro 24: Forma substantivada.....	45
Quadro 25: Adoção do singular.....	45
Quadro 26: Nota de explicativa.....	46

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	Objetivos.....	11
1.1.1	Objetivos Geral.....	11
1.1.2	Objetivos Específicos.....	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1	Tratamento documentário.....	12
2.2	Tesauros.....	15
2.2.1	Estrutura do tesouro.....	16
2.2.2	Tipologia dos tesauros.....	21
2.3	A área do Direito e o tesouro.....	21
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	24
4	RESULTADOS: Análise e síntese.....	26
4.1	Thesaurus de Direito do Trabalho.....	26
4.2	Tesouro Jurídico da Justiça Federal.....	31
4.3	Vocabulário Jurídico Controlado (Tesouro.).....	37
4.4	Vocabulário Controlado Básico.....	41
4.5	Síntese da análise.....	49
5	CONCLUSÃO.....	51
	REFERÊNCIAS.....	52
	APÊNDICE A.....	55
	APÊNDICE B.....	57

1. INTRODUÇÃO

Denomina-se tesouro a linguagem documentária pós-coordenada formada por termos (descritores) semanticamente relacionados. Para Gomes (1990, p.16), a função do tesouro é auxiliar a representação dos assuntos contidos nos documentos e nas solicitações realizadas a um sistema de recuperação da informação. Desta forma, os tesouros são considerados instrumentos de controle terminológico utilizados na indexação e recuperação de documentos. Na indexação dos documentos, o tesouro é aplicado com o objetivo de gerar um índice hierárquico cuja finalidade é possibilitar ao usuário a busca de todos os documentos que tratem sobre determinado assunto, evitando a recuperação de documentos indesejados.

Na organização da informação, fenômenos relacionados à ambigüidade lingüística e à dinâmica terminológica das linguagens de especialidade podem provocar dificuldades na recuperação da informação. No intuito de solucionar problemas desta natureza, o tesouro vem proporcionar, por meio de uma sistemática de atualização terminológica e de padronização dos termos e conceitos de uma área específica do conhecimento, o aumento dos níveis de precisão e revocação de um sistema de recuperação.

A escolha deste tema deve-se ao desejo de aprimorar o conhecimento teórico e prático sobre este tipo de linguagem documentária e de aprofundar sobre a importância dos tesouros na organização da informação. O foco desta opção encontra-se na área do Direito no Brasil, um campo em que a organização e recuperação da informação são primordiais para os avanços da pesquisa científica. Além disso, trata-se de uma área suporte a outras áreas e cuja precisão na recuperação é fundamental, o que enfatiza a necessidade de se adotar tesouros. Acrescenta-se também o fato de que, assim como em outras áreas do conhecimento, os tesouros de Direito vêm contribuir para a circulação eficiente da informação em um domínio importante para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Fundamentada nestas constatações, infere-se que tesouros que possuem uma estrutura de qualidade estarão cumprindo de forma mais efetiva para o

fluxo documentário e, em última instância, para a transferência de conhecimento. Segundo Gomes (1990, p.16)

a estrutura do tesouro é um elemento importante para que ele possa cumprir sua função: ela permite ao usuário (indexador ou consulente) encontrar o(s) termo(s) mais adequado(s), mesmo sem saber, de início, o nome específico para representar a idéia ou conceito que ele procura. A partir de um termo que o usuário conhece, o tesouro, através de sua estrutura, mostra diversos outros que podem ser tão oportunos ou mais do que aquele que lhe veio á mente.

Considerando o exposto, neste estudo busca-se resposta para a seguinte questão: quais os tesouros existentes na área de direito e de que forma estão estruturados?

Assim, a questão se apresenta no sentido de conhecer as características estruturais dos tesouros de Direito existentes no Brasil de maneira a verificar quais deles apresentam melhores qualidades e, portanto, estão mais aptos a alcançarem a eficiência na organização e recuperação da informação nesta área.

1.1 Objetivos

Esta pesquisa tem os seguintes objetivos geral e específicos:

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar os tesouros na área de Direito existentes no Brasil em língua portuguesa e disponíveis *online*.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Levantar os tesouros de Direito existentes no Brasil em língua portuguesa e disponíveis *online*;
- b) Identificar os tesouros segundo características levantadas na literatura e nas normas de elaboração de tesouros;
- c) Analisar e sintetizar as características identificadas nos tesouros.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo é apresentada a revisão de literatura para o desenvolvimento da pesquisa, abordando os temas: tratamento documentário, tesouros, estrutura do tesouro, a área do Direito e o tesouro jurídico.

2.1 Tratamento documentário

A informação, a partir do momento em que está registrada e em um suporte, precisa ser tratada, ou seja, catalogada, classificada e indexada para que possa ser recuperada de forma adequada. Em relação à indexação, os termos devem ser padronizados com o objetivo de atender as verdadeiras necessidades informacionais do usuário e assim obter-se uma recuperação mais eficiente (CINTRA 2002, p.21). Daí o papel fundamental da área de Documentação, responsável pela triagem, organização e conservação da informação, bem como pela viabilização do seu acesso.

Os documentos ao entrarem em um sistema de informação passam por diversos processos para garantir seu acesso e recuperação eficiente. Kobashi trata esta situação representado-a pela figura descrita a seguir:

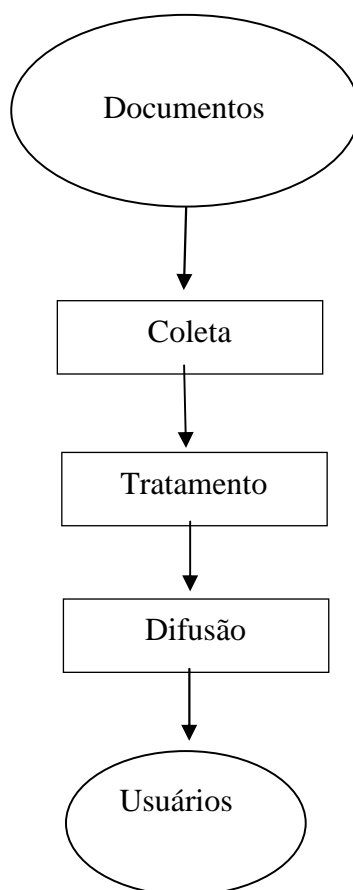


Figura 1: Principais operações documentárias.
Fonte: Kobashi (1994, p16)

Esta figura mostra as etapas que o documento passa até chegar ao usuário. A etapa do tratamento é uma das mais importantes, pois dela depende a difusão, objetivo final dos sistemas de informação. O tratamento documentário pode ser de dois tipos: quanto ao suporte material e quanto ao seu conteúdo. O primeiro envolve as representações chamadas descritivas (catalogação e elaboração de referências bibliográficas), enquanto que o segundo tipo diz respeito aos processos de classificação, resumo e indexação. Kobashi ilustra claramente esta tipologia ao apresentar a figura abaixo:

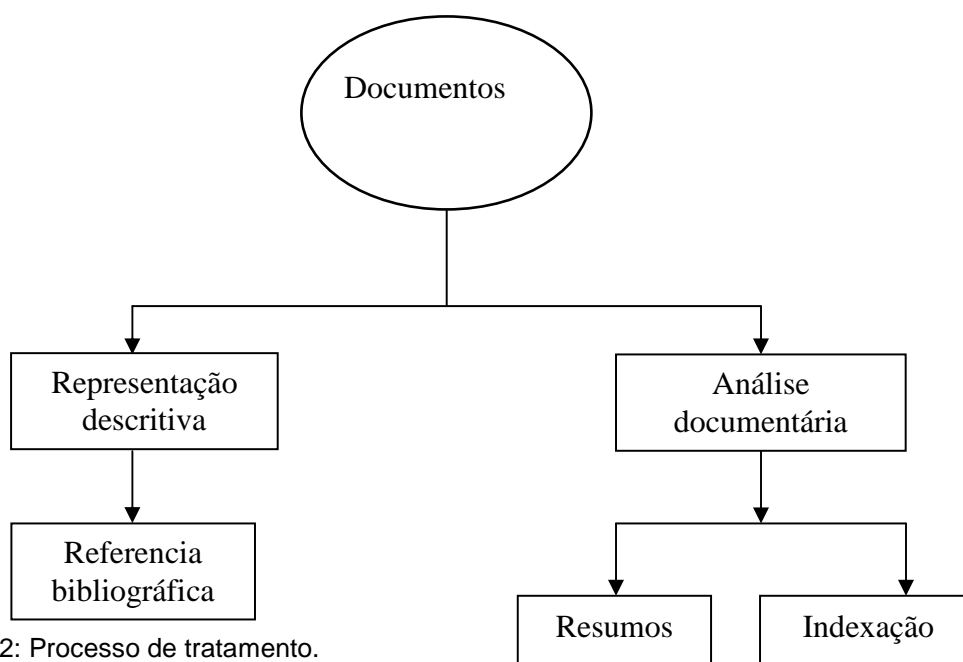


Figura 2: Processo de tratamento.
Fonte: Kobashi (1994, p19)

Para esta pesquisa nos interessa a análise de conteúdo, denominada também análise documentária e, mais especificamente, o processo de indexação, uma vez que é nele que os tesauros são aplicados. A indexação visa coincidir a descrição dos assuntos dos documentos com a representação dos assuntos na formulação das perguntas dos usuários ao sistema de recuperação. Para tanto, existem dois princípios que devem ser seguidos: o de especificidade e o de exaustividade. Segundo Lancaster (2004), a especificidade implica em descrever o assunto dos documentos da forma mais específica possível, enquanto que a exaustividade orienta para a descrição de todos os assuntos do documento. Trata-se de orientações que devem ser aplicadas levando-se em consideração os objetivos do usuário e da instituição a qual pertencem. Além disso, a aplicação em maior ou menor intensidade desses princípios provoca diferenças na capacidade de recuperação de um sistema de informação. Nesse sentido, Piedade (1983) alerta que nem sempre a especificidade é uma vantagem, pois dificulta a recuperação de toda a documentação existente no acervo sobre determinado assunto. A capacidade de recuperação é medida pela quantidade de documentos relevantes que o sistema de informação consegue recuperar. Ela é medida pelos níveis de

revocação¹ e precisão². Assim, a adoção de um alto grau de especificidade diminui a revocação e aumenta a precisão. Por outro lado, a exaustividade em excesso aumenta a revocação, mas diminui a precisão. Portanto, estes princípios são decisões que devem ser tomadas com base na avaliação constante do sistema de recuperação da informação.

Sendo o tesauro um instrumento que apresenta de forma estruturada os conceitos de uma área de especialidade, ele viabiliza a escolha correta dos termos mais específicos sobre determinado assunto assim como mostra os termos relacionados contribuindo para a representação exaustiva. Além disso, contribui para atingir a similaridade entre a representação dos assuntos pelos indexadores e usuários, a chamada coerência na indexação. Veremos a seguir estas questões mais específicas sobre os tesouros.

2.2 Tesouros

A importância de se indexar é descrever o conteúdo do documento para ele ser recuperado da forma mais eficiente possível. Nesse sentido, a adoção de uma linguagem que padronize a representação dos assuntos é fundamental. Segundo Gomes (1990), os instrumentos de representação da informação para indexação, armazenamento e recuperação dos documentos são considerados como linguagens. As linguagens documentárias mais conhecidas são os tesouros e os sistemas de classificação bibliográfica. Define-se tesauro como uma linguagem documentária utilizada em sistema de indexação pós-coordenados, nos quais os termos são combinados no momento da recuperação da informação. Para sua correta eficiência, os tesouros são utilizados pelos indexadores no momento da indexação e devem ser disponibilizados para o usuário no momento da recuperação, servindo como mais uma ferramenta eficiente para encontrar o documento desejado.

¹ Relação entre o número de documentos relevantes recuperados pelo sistema e o número total de documentos relevantes contidos no sistema (PIEDADE, 1977, p. 3).

² Relação entre o número de documentos relevantes recuperados pelo sistema e o número total de documentos recuperados pelo sistema (PIEDADE, 1977, p. 3)

2.2.1 Estrutura do tesouro

Para que alcancem a finalidade de padronização da descrição dos assuntos dos documentos e favoreçam o aumento dos níveis de recuperação da informação, os tesouros devem estar estruturados de uma forma adequada, tornando-se verdadeiros instrumentos de representação do conhecimento aplicados a organização e recuperação eficientes da informação. Para tanto, existem normas internacionais e diretrizes nacionais que orientam o correto planejamento e construção da estrutura do tesouro. Das normas internacionais mais conhecidas citamos a ISO 2788-1974(E) e a ANSI/NISO Z39.19-2003. A maior parte das informações que se seguem tomou como base o descrito nestas normas.

A UNESCO (*apud* CAMPOS; GOMES, 2006) definiu, na década de 70, o tesouro segundo dois aspectos:

- a) Estrutura: vocabulário controlado e dinâmico de termos relacionados semântica e genericamente cobrindo um domínio específico do conhecimento
- b) Função: dispositivo de controle terminológico usado na tradução da linguagem natural dos documentos, dos indexadores ou dos usuários numa linguagem do sistema (linguagem de documentação, linguagem de informação) mais restrita.

Quanto a sua estrutura, Gomes (1990) relata que os componentes dos tesouros são os termos, a estrutura entre eles e o conjunto das remissivas. A estrutura de um tesouro é composta de termos e os relacionamentos existentes entre os termos (hierárquico, de equivalência e associativo). Sendo que para Cintra (2002), a organização básica de um tesouro é a hierárquica.

É conveniente esclarecer que os termos em um tesouro são representantes de conceitos da área do conhecimento descrita. Segundo Dahlberg (1978), um conceito é uma unidade do conhecimento identificada por meio de enunciados verdadeiros sobre um item de referência e representada por uma forma verbal. Na língua, muitas vezes um termo representa mais de um conceito ou um conceito pode ser representado por mais de um termo. A estes fenômenos denomina-se homonímia e sinonímia respectivamente. No plano da representação da informação, estes processos lingüísticos devem ser

controlados sob pena de prejudicar a recuperação. Assim, para que todos os conceitos sejam representados univocamente pelos termos (ou tentem se aproximar ao máximo deste ideal), é necessário que os termos assumam diferentes formas, dependendo do conceito subjacente aos mesmos. Desta maneira, em um tesouro um termo pode exercer as funções de:

- **Descritor ou termo preferido:** termo escolhido para a indexação que melhor representa o conceito do documento que se deseja descrever
- **Não-descritor ou termo proibido:** termo que, embora também possa descrever os mesmos conceitos que o descritor, não poderá ser utilizado na indexação, evitando-se assim a proliferação de sinônimos.
- **Modificador:** termos não utilizados isoladamente e cuja função é esclarecer ou limitar o significado dos descritores.
- **Qualificador:** termos cuja função é diferenciar homônimos.
- **Identificador:** termos que representam conceitos individuais (nomes de instituições, planos, projetos).

Os tesouros ainda adotam as **notas explicativas**, também chamadas de notas de aplicação. Estas servem tanto para esclarecer o significado do termo como para orientar o uso de descritor na indexação.

Os termos são incluídos no tesouro somente se for comprovada sua garantia literária ou garantia de uso. Em 1911, Wyndhan Hulme introduziu o conceito de garantia literária afirmando que “a determinação de classes na construção de linguagens documentárias não deveria ser baseada na classificação do conhecimento, e sim, nas classes definidas no sistema” (HULME, 1911, *apud* DODEBEI, 2002, p. 71). Corroborando com esta constatação, Goodamn, em 1972, relata que “ninguém pode, nunca, incluir um descritor no tesouro, a não ser que um documento tenha sido nele classificado” (GOODAMN, 1972, p. ix-x, *apud* DODEBEI, 2002, p. 71).

No que se refere à garantia de uso, esta é definida por Lancaster (LANCASTER, 1972, *apud* DODEBEI, 2002, p. 71) como “uma confirmação direta dos produtores e utilizadores das informações de um campo de atividade de que os termos escolhidos são, efetivamente, aqueles utilizados na comunidade e, portanto, serão eles utilizados nas solicitações de pesquisa no acervo bibliográfico.”.

Estes princípios são extremamente importantes para que não seja inserida uma terminologia desatualizada no tesouro.

[...] há que se ter precaução com a inclusão, num tesouro, de um conceito ainda não referendado pelo princípio da 'garantia literária' e da 'garantia do usuário'. Às vezes, um conceito emergente torna-se rapidamente obsoleto em sua forma (significante) ou no seu conteúdo (significado). (BITI, 2004).

A compilação terminológica pode seguir o método dedutivo ou indutivo (IBICT, 1984, p. 52 e 53).

No método dedutivo, os termos são extraídos da literatura durante o estágio preliminar de indexação; entretanto, até que um número suficiente de termos tenha sido coletado, todos os termos são considerados por uma comissão, formada de preferência por indexadores e especialistas, que decidem primeiro quais termos representam as classes mais amplas, fixando os demais termos nessas classes e relacionando-os logicamente com base em suas conceituações. [...] No método indutivo, novos termos são admitidos no tesouro logo que são encontrados na literatura, sendo cada termo designado como membro de uma ou mais classes, estabelecidas em base ad-hoc durante o ato de indexação.

Para Dodebei (2002), o método dedutivo é mais tradicional. A autora diz que “este método se faz por consenso de peritos no assunto”. (DODEBEI, 2002, p. 70)

Quanto ao processo indutivo, Dodebei (2002) comenta que

a obtenção da terminologia se faz mediante a identificação de termos prováveis, a partir do exame da literatura corrente, tendo como princípio básico de eleição a frequência de ocorrência terminológica e a conseqüente incidência desses termos nas perguntas que serão feitas ao sistema de informação. (DODEBEI, 2002, p. 70)

Dodebei (2002) faz uma comparação entre os dois métodos considerando o de indução como garantia literária e o de dedução como garantia do usuário.

Em relação a apresentação terminológica, os termos em um tesouro devem obedecer a determinados padrões que definem que estes devem ser compostos por substantivos, substantivos adjetivados ou preposicionados, devem ser apresentados no singular e fazer remissiva de siglas para forma por extenso (IBICT, 1984). Abaixo citamos alguns exemplos destes tipos na área de Direito.

Substantivo: Autenticação.
 Singular: Pena
 Sigla: DAS, remetida a forma por extenso Direção de Assessoramento Superior

Quadro 1: apresentação terminológica

Fonte: Exemplo utilizado pela autora com base na revisão de literatura

Os tesouros organizam seus conceitos em grandes classes, como se fossem grandes fatias do conhecimento. Um tesouro de Direito, por exemplo, poderá ter como classes Direito Civil, Direito Penal, entre outras. Estas classes podem ser sistematizadas em categorias (facetadas³). Assim, na classe Direito Penal, o conceito “julgamento” é da categoria de processo enquanto que “juiz” representa a faceta agente deste processo. Para tanto, é aconselhável que o elaborador do tesouro defina em quais parâmetros categoriais o tesouro se organizará. Ele poderá buscar na literatura trabalhos clássicos como a categorização fundamentada nas facetadas PMEST de Ranganathan⁴.

As categorias contêm os conceitos representados pelos termos. Estes conceitos possuem relações semânticas entre eles que se apresentam em três tipos: de equivalência, hierárquicas e associativas.

A **relação de equivalência** é estabelecida entre termos que representam o mesmo conceito, ou seja, entre termos sinônimos. Esses termos são incluídos no tesouro sendo que apenas um deles assumirá a função de descritor. Os demais termos serão considerados não-descritores. Os símbolos utilizados são USE e USADO PARA (UP). Por exemplo:

Débito fiscal	Débito tributário
USE	UP
Débito tributário	Débito fiscal

Quadro 2: Relação de equivalência e símbolos utilizados

Fonte: Exemplo utilizado pela autora com base na revisão de literatura

³ “Totalidade das subdivisões resultantes da aplicação de uma única característica constitui-se uma faceta” (PIEDADE, 1977, p. 22)

⁴ Ranganathan estabeleceu cinco categorias fundamentais: personalidade, matéria, energia, espaço e tempo, conhecidas como PMEST, sigla utilizada para descrever os assuntos em facetadas (PIEDADE, 1983, p. 21).

A **relação hierárquica** estabelece-se entre um conceito genérico e um conceito específico. Os símbolos adotados são TG para termo genérico e TE para termo específico. Trata-se de uma relação recíproca, isto é se um termo A é TG de B, então B é TE de A. Os exemplos a seguir ilustram este tipo de relação semântica

Pena	Pena
TE1 Pena acessória	TE1 Pena autônoma
Pena acessória	Pena autônoma
TG1 pena	TG1 pena

Quadro 3: Relação hierárquica e símbolos utilizados

Fonte: Exemplo utilizado pela autora com base na revisão de literatura

As relações hierárquicas podem ser diretas e indiretas. Uma **relação direta** é aquela que se estabelece entre os termos A e B sem que haja um conceito entre eles. A **relação indireta** é aquela que se estabelece entre os termos A e B sendo que haverá sempre pelo menos um conceito entre eles. No exemplo a seguir, constata-se uma relação direta entre Poderes de estado e Poder legislativo e uma relação indireta entre Poderes de estado e Assembléia legislativa.

Poderes do estado
TE1 Poder legislativo
TE2 Assembléia legislativa

Quadro 4: Relação direta e indireta

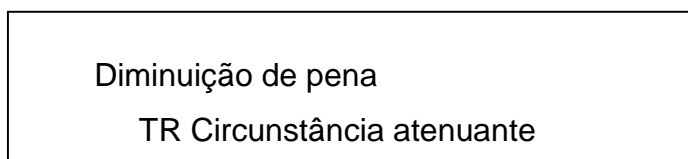
Fonte: Exemplo utilizado pela autora com base na revisão de literatura

A norma ISO 2788 inclui nas relações hierárquicas as relações partitivas, isto é relações entre o todo e sua parte. No entanto, esclarece que esta relação é estabelecida como hierárquica somente para os seguintes casos: sistemas e órgãos do corpo humano, localidades geográficas e disciplinas.

A norma ISO 2788 define a **relação associativa** como aquela que ocorre entre termos que não são equivalentes nem formam uma hierarquia entre eles, mas são tão associados mentalmente que se deve tornar esta ligação explícita no tesouro. Esta definição é muito ampla, o que dificulta definir critérios mais

precisos para a implementação desta relação no tesouro. Na literatura, existem pesquisas realizadas sobre esta indefinição descrita na norma. Estes trabalhos procuram determinar mais exatamente o que seria esta relação (MARRONI, 2006).

O símbolo utilizado para representar uma relação associativa pode ser de dois tipos: TR (termo relacionado) ou TA (termo associado). Trata-se de uma relação simétrica, ou seja se existe uma relação A TR B, isto implica em uma relação idêntica B TR A. Esta relação é exemplificada a seguir.



Quadro 5: Relação associativa e símbolos utilizados

Fonte: Exemplo utilizado pela autora com base na revisão de literatura

2.2.2 Tipologia dos tesouros

De acordo com Gomes (1990), os tesouros podem ser monolíngües ou multilíngües, podendo também ser classificados pelo nível de especificidade de seus termos como macrotesouros e em microtesouros.

Os tesouros podem ser classificados em diferentes tipos, mas devem possuir uma estrutura adequada que obedeça as normas de elaboração de tesouros e assim cumprirem eficientemente com sua função de traduzir a linguagem natural dos documentos, dos indexadores ou dos usuários numa linguagem do sistema.

2.3 A área do Direito e o Tesouro

Definir Direito é uma tarefa complexa. Varejão (2000, p.4) comenta que

o termo direito é multívoco, já que mesmo expressando realidades logicamente interligadas são distintas entre si, e que não podem ser excluídas sob pena de se ferir sua integridade material, tão importante para uma conceituação.

Partindo de uma visão sociológica do Direito, Cintra, Grinover e Dinamarco (1997, p.19) tecem um breve histórico sobre o Direito e conclui definindo direito como:

[...] controle social, entendido como o conjunto de instrumentos de que a sociedade dispõe na sua tendência á imposição dos modelos culturais, dos ideais coletivos e dos valores que persegue, para a superação das antinomias, das tensões e dos conflitos que lhe são próprios.

Marroni (2006) relata que o Direito, sendo parte da Ciência Social, tem seus conceitos expressos por meio de uma linguagem própria em que as expressões possuem seus significados de uso popular modificados. Devido a essa vulnerabilidade, é preciso que seus conceitos sejam mais bem consolidados, sendo fundamental que a representação e recuperação de conteúdo sejam realizadas por um profissional com conhecimento nesta área. Como conclui Marroni (2006, p. 71), “a informação jurídica é fator determinante para o pleno exercício da cidadania e que sua recuperação, quando incompleta, inadequada ou demorada pode causar graves danos aos indivíduos.”.

Segundo Guimarães (2004), a documentação jurídica se apresenta sob três formas: Doutrina, Legislação e Jurisprudência. No contexto da representação de conteúdo destes tipos de documentos, o autor alerta para conseqüências produzidas pela falta de padronização das ementas. Esta problemática diz respeito a “Questões semânticas como a ausência de controle de vocabulário nos cabeçalhos, seja pela utilização de sinônimos, seja pela utilização de singular e plural ou, ainda, questões sintáticas, como a falta de uma ordem de citação preestabelecida de verbetes [...]” (GUIMARÃES, 2004, p. 15). Mesmo que descritas por este autor especificamente para as ementas, estas questões podem afetar igualmente a indexação, sendo que, neste caso, a adoção de um tesouro seria a solução. No contexto da recuperação automática, Ribeiro Neto e Assumpção (2001, p. 2) revelam que a “(...) informação semântica de relevância pode ser obtida de um tesouro jurídico e da estrutura dos documentos jurídicos.”

Ainda no que se refere à descrição, Atienza (1979) diz que a documentação jurídica compreende a reunião, análise e indexação da doutrina, da legislação,

da jurisprudência e de todos os documentos oficiais relativos a atos normativos.

Neste sentido, Ribeiro Neto e Assumpção (2001, p.4) relatam que

O documento é composto por três campos : *Ementa*; *Indexação*; *Acórdão*. A *Ementa* e o *Acórdão* são redigidos pelo juiz ou juizes no processo judicial de onde emanou a jurisprudência. A *Ementa* se constitui em um texto resumido do *Acórdão* que representa o tema central da jurisprudência. A *Indexação* é incluída posteriormente ao processo judicial, a fim de disponibilizar a jurisprudência em sistemas informatizados de recuperação de informação. Profissionais especializados em documentação, após lerem a *Ementa* e o *Acórdão*, selecionam os conceitos jurídicos do tesouro que fazem parte do tema central da jurisprudência e os relacionam no campo *Indexação*. O texto do *Acórdão*, por sua vez, inclui uma discussão jurídica do processo judicial, que envolve muitas teses não necessariamente relacionadas ao tema central do processo. Muitos termos fazem parte de citações doutrinárias, ou leis, apresentadas como argumentação, mas que não tem relação direta com o tema central da jurisprudência. Esta questão é importante para se perceber que cada um destes campos provê uma evidência semântica de natureza distinta.

Braga (2001, p. 1) comenta este processo de representação da documentação jurídica expressando que

A jurisprudência é textualmente representada pelos acórdãos e divulgada pelo Diário de Justiça, que publica as ementas de todos os acórdãos proferidos pelo Tribunal. Em seguida, essas ementas são selecionadas, catalogadas e indexadas na base de jurisprudência para, então, serem colocadas à disposição do público para consulta.

A linguagem jurídica tem vários conceitos que podem ser representados de várias formas, e o tesouro jurídico busca padronizar a linguagem jurídica para que tanto o usuário como o indexador consigam recuperar o maior número de documentos relevantes. Quanto a sua estrutura, Braga (2001, p. 71) declara que o “tesouro jurídico representa um vocabulário controlado de estrutura hierárquica composto de uma lista de descritores semântica e logicamente relacionados”.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa desenvolvida teve abordagem qualitativa e caráter exploratório, envolvendo procedimentos técnicos de pesquisa documental.

De acordo com Baptista e Cunha (2007), a pesquisa qualitativa focaliza o usuário da informação nas suas causas e resoluções de problemas, aplicando um enfoque mais holístico (totalidade) do que na pesquisa quantitativa. Sobre este tipo de pesquisa, Silva e Menezes (2000, p.20) consideram que

há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave.

O caráter exploratório foi adotado na medida em que se pretende obter um entendimento mais amplo e profundo do objeto de estudo com base na descrição das características estruturais dos tesouros da área do Direito.

Quanto à pesquisa documental, Gil (1991) considera como vantagem seu custo. Como a análise dos documentos, em muitos casos, além da capacidade do pesquisador, exige apenas disponibilidade de tempo, torna o custo significativamente baixo, em comparação a outro tipo de pesquisa.

Não existe um método que seja totalmente eficiente, existem sim métodos que juntos podem conseguir um melhor resultado para a pesquisa.

O *corpus* analisado se constitui dos tesouros da área de Direito (Apêndice A), existentes no Brasil, em língua portuguesa, disponíveis *online*. Para coleta dos mesmos, foram consultados sites da área do Direito que arrolavam este tipo de material. Foram identificados inicialmente seis tesouros. No entanto, no momento da análise, dois desses tesouros foram retirados da análise por não estarem mais disponíveis *online*, reduzindo o *corpus* para quatro tesouros.

Como instrumento de análise do *corpus* foi construído um roteiro (Apêndice B) elaborado com base nas principais características dos tesouros identificadas na literatura e nas normas de elaboração de tesouros monolíngües (ISO 2788-1974(E) e ANSI/NISOZ39.19-2003).

Este roteiro, composto portanto das variáveis de análise, foi aplicado ao *corpus*, gerando dados organizados em uma tabela, o que possibilitou a comparação e síntese das características estruturais dos tesouros e uma visão global do objeto de estudo.

4 RESULTADOS: Análise e síntese

Neste capítulo, são descritas as características dos tesouros identificados, adotando como base as variáveis de análise (ver Apêndice B).

4.1 Thesaurus de Direito do Trabalho

O Thesaurus de Direito do Trabalho (<http://www.infolegis.com.br/TEJUT.pdf>) foi desenvolvido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. A versão analisada está em formato pdf.

Aspectos gerais

Em relação aos aspectos gerais analisados, este tesouro do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região contempla todas as variáveis de análise: introdução, formato de saída, vinculação a uma base de dados e possibilidade de propor novos termos.

Em seu texto introdutório, os autores apresentam uma breve fundamentação teórica ressaltando a importância e a finalidade de um instrumento desta natureza e expondo, de forma clara e objetiva, a política de indexação adotada.

Na introdução, encontra-se igualmente um detalhamento do método utilizado para construção do Thesaurus, relatando que a terminologia adotada é proveniente da linguagem dos usuários, mostrando assim uma preocupação com a clientela. Assim, a coleta terminológica para compor o Thesaurus partiu, inicialmente, dos termos utilizados na recuperação de documentos do Tribunal e de um conjunto de obras relativas à Doutrina. Posteriormente, esta terminologia foi ampliada incluindo-se termos provenientes da Legislação e da Jurisprudência.

O Thesaurus foi desenvolvido utilizando o programa THES com algumas adaptações conforme descrito na introdução.

Para a construção do Thesaurus utilizou-se o programa THES que acompanha o Microsis na versão DOS, com algumas alterações . Incluiu-se um campo para o número de CDU, quando for possível.

Não se traduziu as abreviaturas utilizadas em virtude de serem de abrangência internacional, e a busca pela padronização é um dos objetivos colocados na nossa busca por padrões de qualidade. (RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 9).

O formato de saída é o alfabético-estruturado, seguindo a estrutura de campos do programa THES de acordo com a figura abaixo.

Descritor
Scope note
USE
UF
BT
NT
RT
CDU
TT
DI
Observ.:
Search note
Legislative references
Bibliographic references
Identificador
Status do Termo (Autorizado ou Não autorizado)

Figura 3: Campos do programa THES
Fonte: Thesaurus de Direito do Trabalho

Com relação ao item vinculação a uma base de dados, o Thesaurus é uma ferramenta aplicada em todas as bases de dados do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, conforme relatado na parte introdutória que diz que “Os mesmos termos são utilizados para indexação de assuntos em todas as bases de dados, com a finalidade de recuperação de informação documental”. (RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 8).

Há possibilidade de propor novos termos, sendo adotada uma metodologia específica para tal conforme descrito no texto introdutório:

Quando há evolução de um termo no texto legal, a doutrina rapidamente incorpora o novo termo em seus textos, e a indexação será feita a partir daquela data com o novo termo, e na criação do mesmo destaca-se em SN a evolução legislativa e em RT as relações anteriores. [...] (RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 9). Em 1999, criou-se o campo vocabulário livre para termos ainda não consagrados pelo uso no texto doutrinário, termos criados em lei são imediatamente

absorvidos pelo thesaurus, sem passar pelo vocabulário livre (RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 11).

Aspectos terminológicos

Em relação aos aspectos terminológicos, esta pesquisa verifica as seguintes variáveis: termos quanto a sua forma substantivada, adoção do singular, qualificadores, identificadores, especificadores/modificadores e notas explicativas. Este Thesaurus apresenta somente as variáveis: termos quanto a sua forma substantivada, adoção do singular, especificadores/modificadores, notas explicativas e função das notas explicativas. A seguir, é exemplificada cada uma das variáveis presentes no Thesaurus, com o intuito de comprovar sua utilização.

Forma substantivada

Esta forma é adotada ao longo de todo o Thesaurus, tanto sob a forma de [substantivo + adjetivo] como [substantivo + preposição + substantivo]. O quadro a seguir traz exemplos de cada uma delas.

[substantivo + adjetivo]	AUTORIDADE COATORA ATO IMPUGNADO AUTORIDADE JUDICIAL
[substantivo + preposição + substantivo]	ATO DE AUTORIDADE MANDADO DE SEGURANCA

Quadro 6: Forma substantivada
Fonte: Thesaurus de Direito do Trabalho

Adoção do singular

As normas de elaboração de tesauro estudadas nesta pesquisa determinam que os termos devam aparecer sempre no singular e apresentam algumas exceções como “Quando o nome de um conceito abstrato representar uma classe com mais de um membro, o nome da classe deve ser expresso no plural” (IBICT, 1984, p. 13). Este Thesaurus segue exatamente o que diz na norma, conforme demonstram os exemplos a seguir.

Formas no singular	ALICIAMENTO AMEAÇA
Formas no plural	AUTOS ⁵ ORIGINAIS AUTOS RESTAURADOS

Quadro 7: Adoção do singular
Fonte: Thesaurus de Direito do Trabalho

Especificadores/Modificadores

Conforme descrito no referencial teórico desta pesquisa, os modificadores são termos não utilizados isoladamente e cuja função é esclarecer ou limitar o significado dos descritores. Normalmente, eles fazem parte de uma lista separada da parte principal do tesouro. No caso deste tesouro analisado, foi encontrado apenas um modificador e este compõe o corpo principal do tesouro. Trata-se do termo REFORMA citado na sessão sobre nota explicativa logo a seguir. É por meio desta nota que se toma conhecimento de que este termo é um modificador.

Nota de explicativa e sua função

O tesouro analisado utiliza notas explicativas para as quais dá o nome de Nota de Escopo. Estas são utilizadas com duas funções conforme permitido pelas normas: função de informar o significado do descritor e função de orientar a indexação. Na quadro a seguir, os dois tipos são apresentados.

Nota de explicativa com função de informar o significado	CITAÇÃO Nota de Escopo - Ato pelo qual se chama a juízo o Réu ou interessado, a fim de apresentar suas alegações ou defesa. É realizada através do Mandado de Citação expedido pelo Juízo.
Nota explicativa com função de orientar a indexação	REFORMA Nota de Escopo - É modificador, não usar no sentido de reforma militar.

Quadro 8: Nota de explicativa
Fonte: Thesaurus de Direito do Trabalho

⁵ Reunião ordenada das peças que compõem um processo, organizada pelo escrivão, incluindo a petição inicial e as demais peças que se agregarem ao processo durante o seu curso. Este material será encapado com capa de cartolina contendo o nome das partes, o juízo, espécie de ação, número e outras informações. (RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 144).

Aspectos sobre a relação entre conceitos

Este tesouro apresenta todas as variáveis definidas para esta parte da análise. São elas: relação de equivalência e símbolo, relação hierárquica e símbolo, relação direta, relação indireta e relação associativa, símbolo e natureza. Seguem-se os exemplos de cada uma delas.

Relação de equivalência e símbolo

<i>Relação de equivalência</i>	<i>Símbolos utilizados</i>
13 SALARIO USE DECIMO TERCEIRO SALARIO DECIMO TERCEIRO SALARIO UF 13 SALARIO	USE e UF (used for)

Quadro 9: Relação de equivalência e símbolo
Fonte: Thesaurus de Direito do Trabalho

Verifica-se que ao invés de utilizar a terminologia em língua portuguesa para a simbologia da relação de equivalência, isto é USE e UP (usado para), este tesouro adota a terminologia de língua inglesa. Ressalta-se que isto é realizado apenas para este tipo de relação, ficando as demais relações com a simbologia em português, o que pode confundir o indexador ou o usuário que utiliza o tesouro como ferramenta de busca.

Relação hierárquica e símbolo

Quanto a relação hierárquica, o tesouro analisado adota esta relação e sua simbologia correspondente conforme determinado pelas normas.

Apresenta-se um exemplo a seguir.

<i>Relação hierárquica</i>	<i>Símbolos utilizados</i>
APOSENTADORIA PREVIDENCIARIA TG APOSENTADORIA APOSENTADORIA TE APOSENTADORIA PREVIDENCIARIA	TG (Termo Genérico) e TE (<i>Termo específico</i>)

Quadro 10: Relação hierárquica e símbolo
Fonte: Thesaurus de Direito do Trabalho

Relação direta e relação indireta

Conforme descrito na fundamentação teórica desta pesquisa a relação direta é aquela que se estabelece entre os termos A e B sem que haja um conceito entre eles. A relação indireta é aquela que se estabelece entre os termos A e B sendo que haverá sempre pelo menos um conceito entre eles. O tesauro analisado apresenta apenas relações diretas mostra a figura a seguir.

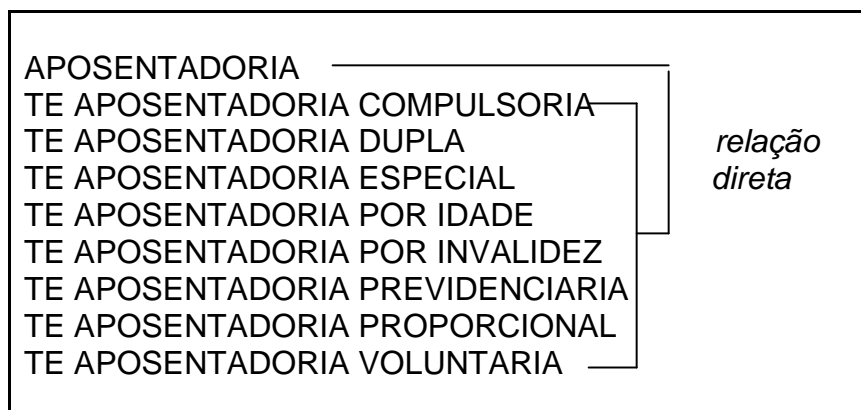


Figura 4: Relação direta

Fonte: Thesaurus de Direito do Trabalho

Relação associativa, símbolo e natureza.

Apresenta-se a seguir alguns exemplos que ilustram a simbologia e a natureza da relação associativa adotadas por este tesauro.

<i>Relação associativa</i>	<i>Natureza da relação</i>	<i>Símbolo utilizado</i>
FAMÍLIA TR MÃE	Todo e parte do todo	TR
FALSIFICACAO DE SELO PUBLICO TR SELO PUBLICO	Processo e paciente do processo	
AREA EXTERNA TR AREA INTERNA	Opostos	

Quadro 11: Relação associativa, símbolo e natureza

Fonte: Thesaurus de Direito do Trabalho

4.2 Tesauro Jurídico da Justiça Federal

As informações disponíveis sobre este tesauro estão localizadas no site:
<http://www.cjf.jus.br/Consultas/Consultas.asp>, como aparece na imagem baixo.

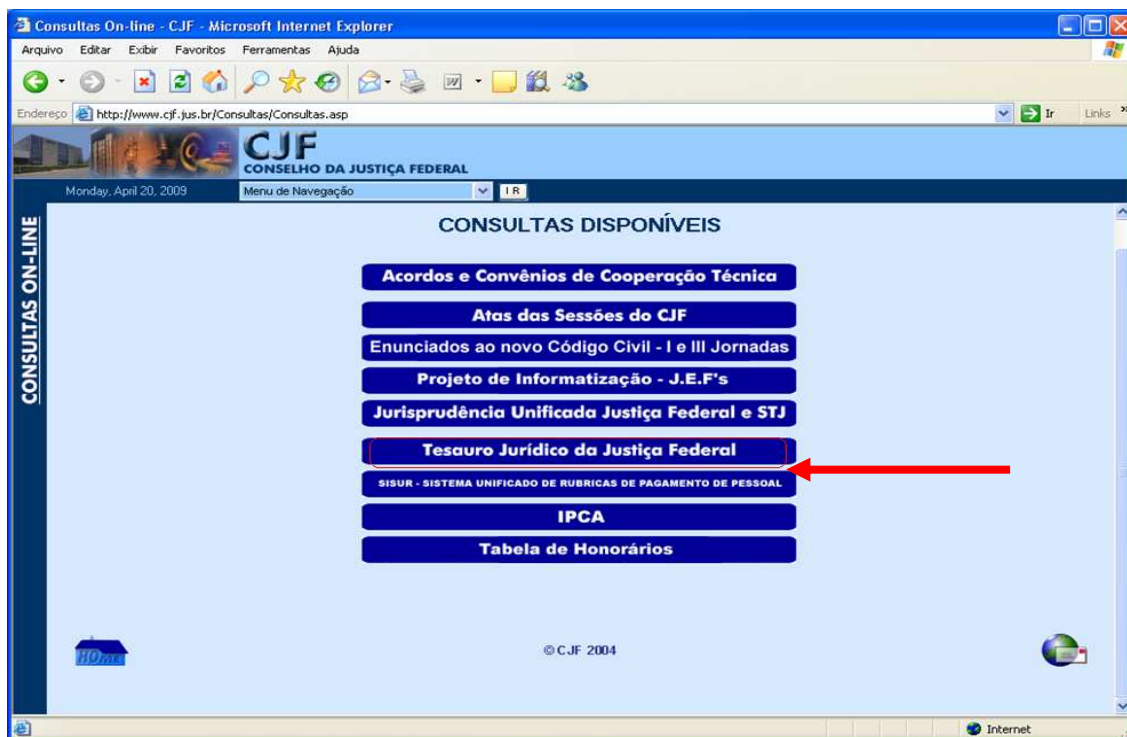


Figura 5: Consulta on-line do Tesouro Jurídico da Justiça Federal
 Fonte: Tesouro Jurídico da Justiça Federal

O Tesouro Jurídico da Justiça Federal teve sua última atualização em 13/02/2007, conforme relatado em sua apresentação.

Aspectos gerais

Quanto aos aspectos gerais, o Tesouro Jurídico da Justiça Federal apresenta as seguintes variáveis: introdução e formato de saída.

Na introdução, são apresentadas informações sobre os órgãos responsáveis pela sua elaboração, a área de abrangência do tesouro e suas finalidades. Quanto à responsabilidade, os autores relatam que

O Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal apresenta o Tesouro Jurídico da Justiça Federal, resultado do trabalho dos diretores órgãos de Jurisprudência dos Tribunais Regionais Federais, sob a coordenação da sua Secretaria de Pesquisa e Informação Jurídicas. (BRASIL, 2007a).

Em seguida, descrevem a área de abrangência do tesouro e os objetivos do instrumento de indexação elaborado, conforme citado abaixo.

[...] inclui a terminologia do Direito nas áreas de competência da Justiça Federal, com a finalidade de ser um instrumento adequado para:

- maximizar o uso da informação jurisprudencial, atingindo níveis crescentes de acessibilidade para usuários internos - magistrados e servidores - e externos - órgãos do Poder Judiciário, advogados e público em geral;
- atingir maior uniformidade e flexibilidade no tratamento da informação;
- facilitar o intercâmbio da informação entre sistemas e bases de dados, possibilitando uma integração mais abrangente. (BRASIL, 2007a).

Como se pode observar, o tesouro busca atender ao usuário, tratar a informação e recuperar, ocorrendo assim uma integração.

Há também o que os autores chamam de nota explicativa em que é descrita a composição do tesouro dividida em: descrição dos termos, padronização dos termos, categorização dos descritores e não descritores, relações entre conceitos e forma de apresentação deste tesouro.

O formato de saída neste tesouro é apresentado de duas formas, por lista alfabética estruturada e por categorias e subcategorias.

Aspectos terminológicos

Quanto aos aspectos terminológicos, constataram-se as seguintes variáveis: termos quanto a forma substantivada, adoção do singular, especificadores/modificadores, nota explicativa e função da nota explicativa.

Forma substantivada

O Tesouro Jurídico da Justiça Federal segue a norma pois adota a forma substantivada na padronização de seus termos. Isto é possível ser verificado tanto no exemplo mostrado no quadro 12 como no seguinte relato retirado da apresentação do tesouro. “Uso de substantivos para representar os conceitos, não se permitindo o uso de verbos e adjetivos isoladamente.” (BRASIL, 2007a).

[substantivo]	AUTENTICAÇÃO
[verbo]	Não AUTENTICAR

Quadro 12: Forma substantivada

Fonte: Tesouro Jurídico da Justiça Federal

Adoção do singular

A adoção do singular está de acordo com a norma, conforme demonstrado na citação a seguir e reafirmado nos exemplos do quadro 13. “Uso de termos na forma singular, exceto quando essa modifica o sentido do termo ou quando o termo técnico é utilizado somente no plural” (BRASIL, 2007a).

Formas no singular	ACUSAÇÃO
Formas no plural	AÇÕES AO PORTADOR

Quadro 13: Adoção do singular

Fonte: Tesouro Jurídico da Justiça Federal

Especificadores/modificadores

Este é o único tesouro que apresenta uma lista a parte de seus Especificadores/modificadores. Na parte intitulada nota explicativa, os autores fazem menção a este item dizendo que os especificadores/modificadores “são termos de sentido amplo que não são utilizados isoladamente na indexação e recuperação de informações. São combinados com descritores para esclarecer ou limitar seu significado” (BRASIL, 2007a). A figura a seguir mostra uma parte da lista de especificadores/modificadores do tesouro.

The screenshot shows a web browser window with the URL <http://www.cf.jus.br/Consultas/Consultas.asp>. The page is titled "Tesouro Jurídico" and "CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL". The main content area displays "Tesouro Jurídico da Justiça Federal - Atualizado em 13/02/2007" and "LISTA ALFABÉTICA DE MODIFICADORES". The list of modifiers includes: ABERTURA, ABRANGÊNCIA, ABSTENÇÃO, ACEITAÇÃO, ACESSO, ACOMPANHAMENTO, ACRÉSCIMO, and ACUMULAÇÃO. A sidebar on the left contains navigation links: APRESENTAÇÃO, NOTAS EXPLICATIVAS, CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DO TESAURO, LISTA ALFABÉTICA ESTRUTURADA DO TESAURO, LISTA ALFABÉTICA DE MODIFICADORES, and EQUIPE TÉCNICA.

Figura 6: Lista de Modificadores

Fonte: Tesouro Jurídico da Justiça Federal

Nota de explicativa e sua função

O tesouro utiliza a nota explicativa seguindo as duas formas possíveis. Isto é explicado também na introdução quando é dito que a “inclusão de notas explicativas para esclarecer o significado de um descritor ou sua utilização na indexação” (BRASIL, 2007a). No quadro 14, é mostrado os dois tipos de notas explicativas.

Nota de explicativa com função de informar o significado	ESPIONAGEM ECONÔMICA {Crimes de corrupção para a obtenção de vantagem indevida.}.
Nota explicativa com função de orientar a indexação	ABONO ANUAL {Usar apenas para a gratificação de natal paga pela Previdência Social.}.

Quadro 14: Nota de explicativa

Fonte: Tesouro Jurídico da Justiça Federal

Aspectos sobre a relação entre conceitos

Este tesouro possui todas as variáveis relativas aos aspectos sobre a relação entre conceitos. Há uma explicação de cada uma delas na parte introdutória do tesouro.

Relação de equivalência e símbolo

O quadro abaixo exemplifica a relação de equivalência e o símbolo correspondente, confirmando a adoção deste tipo de relação pelo tesouro.

<i>Relação de equivalência</i>	<i>Símbolos utilizados</i>
ABOLIÇÃO DO CRIME USE ABOLITIO CRIMINIS	USE e UP (usado para)
ABOLITIO CRIMINIS UP ABOLIÇÃO DO CRIME	

Quadro 15: Relação de equivalência e símbolo

Fonte: Tesouro Jurídico da Justiça Federal

Relação hierárquica e símbolo

Conforme descrito no tesouro a:

Relação hierárquica: exprime os graus de superordenação e subordinação entre os conceitos. O termo superordenado (TG - termo genérico) representa o conceito mais abrangente, do qual o termo subordinado (TE - termo específico) é um tipo. Representa-se essa relação através dos símbolos TG e TE. (BRASIL, 2007a).

<i>Relação hierárquica</i>	<i>Símbolos utilizados</i>
ABORTO	TG (Termo Genérico) e TE (Termo Específico)
TG1 CRIME CONTRA A VIDA	
TG2 CRIME CONTRA A PESSOA	
TG3 CRIME	
TG4 DELITO	
TE1 ABORTO NECESSÁRIO	
TE1 ABORTO PROVOCADO	

Quadro 16: Relação hierárquica e símbolo
Fonte: Tesouro Jurídico da Justiça Federal

Relação direta e relação indireta

Este tesouro apresenta relações diretas e indiretas conforme pode ser verificado na figura a seguir.

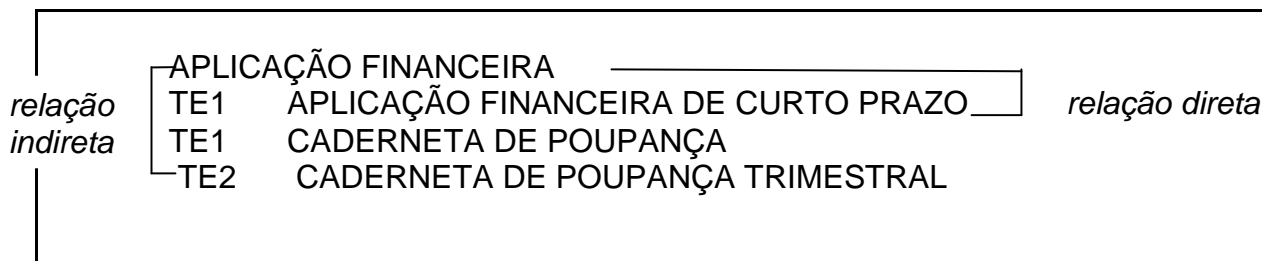


Figura 7: Relação direta e indireta
Fonte: Tesouro Jurídico da Justiça Federal

Relação associativa, símbolo e natureza.

Esta relação serve de orientação para o indexador ver também outros conceitos que podem ter alguma relação com o assunto procurado.

Abaixo, alguns exemplos de como esta relação é representada no Tesouro Jurídico da Justiça Federal.

<i>Relação associativa</i>	<i>Natureza da relação</i>	<i>Símbolo utilizado</i>
AÇUCAR	Matéria-prima/produto	TR (Termo Relacionado)
TR CANA-DE-AÇUCAR		
ACIDENTE DE TRÂNSITO TRATROPELAMENTO	Ação/resultado da ação	
ACADEMIA MILITAR TR CURSO DE	Relação de atribuição	

Quadro 17: Relação associativa, símbolo e natureza

Fonte: Tesouro Jurídico da Justiça Federal

4.3 Vocabulário Jurídico Controlado (Tesouro)

O Vocabulário Jurídico Controlado (<http://www.stj.jus.br/SCON/thesaurus/>) foi elaborado pelo Superior Tribunal de Justiça e procura representar a informações jurisprudenciais, criando assim uniformidade nos termos e integração com o usuário. Na análise feita deste tesouro, pode-se perceber que ele é bastante voltado para acessibilidade de seus usuários.

Aspectos gerais

Quanto aos aspectos gerais, foram identificadas as seguintes variáveis: introdução, formato de saída e vinculação a base de dados.

Na introdução, traz informações a respeito de como foi feita a elaboração do tesouro:

O Vocabulário Jurídico Controlado teve como base o Tesouro Jurídico elaborado pela Comissão Técnica de Jurisprudência, instituída pela Portaria/CJF nº 022, de 28 de setembro de 1992, composta por representantes dos Tribunais Regionais Federais, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, sob a coordenação do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal. (BRASIL, [199-])

Esta parte ainda mostra a composição do tesouro, informando que esta é formada por: descritores, não-descritores e modificadores.

O formato de saída adotado é alfabético estruturado, contendo aproximadamente 12.200 conceitos jurídicos definidos pela Comissão Técnica de Jurisprudência.

Quanto à vinculação a base de dados, este tesouro é aplicado nos acórdãos complementando suas informações. Nesse sentido, é dito que

O vocabulário jurídico controlado adotado pela Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça para elaboração das informações complementares do acórdão se compõe de elementos que garantem a recuperação da informação com maior precisão, flexibilidade e uniformidade (BRASIL, [199-])

Aspectos terminológicos

Em relação aos aspectos terminológicos, foram identificadas as seguintes variáveis: termos quanto a forma substantivada, adoção do singular e nota explicativa e sua função. Em relação a variável especificadores/modificadores, apesar de na introdução serem definidos o que são modificadores, não há nenhuma lista a parte com este tipo de termo.

Forma substantivada

O tesouro analisado adota o “uso de substantivos para representar os conceitos, não se permitindo o uso de verbos e adjetivos isoladamente, salvo pequenas exceções para alguns modificadores”. (BRASIL, [199-])

[substantivo + adjetivo]	JURISPRUDÊNCIA FIRME
[substantivo + adjetivo + preposição + substantivo]	REVISTA ELETRÔNICA DE JURISPRUDÊNCIA

Quadro 18: Forma substantivada
Fonte: Vocabulário Jurídico Controlado

Adoção do singular

Apresenta termos no singular e plural (conceito abstrato que representa uma classe) de acordo com as orientações normativas.

Formas no singular	EMBARGADO
Formas no plural	EMBARGOS

Quadro 19: Adoção do singular
Fonte: Vocabulário Jurídico Controlado

Nota de explicativa e sua função

Em relação à nota explicativa, buscou-se exemplificar as suas duas funções, ou seja, a função de informar o significado e orientar a indexação.

Nota de explicativa com função de informar o significado	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NOTA CONJUNTO DE ÓRGÃOS INSTITUÍDOS PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DO GOVERNO; EM SENTIDO MATERIAL É O CONJUNTO DAS FUNÇÕES NECESSÁRIAS AOS SERVIÇOS PÚBLICOS EM GERAL; EM ACEPÇÃO OPERACIONAL É O DESEMPENHO PERENE E SISTEMÁTICO, LEGAL E TÉCNICO DOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DO ESTADO OU POR ELE ASSUMIDOS EM BENEFÍCIO DA COLETIVIDADE.
Nota explicativa com função de orientar a indexação	ADMINISTRAÇÃO NOTA NÃO USAR COMO SINÔNIMO DE "ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA".

Quadro 20: Nota de explicativa
 Fonte: Vocabulário Jurídico Controlado

Aspectos sobre a relação entre conceitos

Relação de equivalência e símbolo, relação hierárquica e símbolo, relação direta, relação indireta e relação associativa, símbolo e natureza são as variáveis analisadas e exemplificadas a seguir.

Relação de equivalência e símbolo

O tesauro define a relação de equivalência como:

Tipo de relação estabelecida entre termos que representam o mesmo conceito, ou seja, entre termos sinônimos ou equivalentes. Esses termos são incluídos no Tesauro, sendo que apenas um deles será descritor. Os demais serão considerados não-descritores. Essa relação é expressa pelos símbolos USE e UP (usado para). . (BRASIL, [199-])

Abaixo, exemplos retirados do próprio tesauro.

<i>Relação de equivalência</i>	<i>Símbolos utilizados</i>
ACIDENTE DE TRABALHO USE ACIDENTE DO TRABALHO	USE e UP (usado para)
ACIDENTE DO TRABALHO UP ACIDENTE DE TRABALHO	

Quadro 21: Relação de equivalência e símbolo

Fonte: Vocabulário Jurídico Controlado

Relação hierárquica e símbolo

O tesauro está de acordo com a norma de elaboração de tesouros.

<i>Relação hierárquica</i>	<i>Símbolos utilizados</i>
ATO ADMINISTRATIVO COMISSIVO TG1 ATO ADMINISTRATIVO	TG (Termo Genérico) e TE (Termo Específico)
ATO ADMINISTRATIVO TE1 ATO ADMINISTRATIVO COMISSIVO	

Quadro 22: Relação hierárquica e símbolo

Fonte: Vocabulário Jurídico Controlado

Relação direta e relação indireta

O tesauro apresenta os dois tipos de relação, ilustrados na figura a seguir.

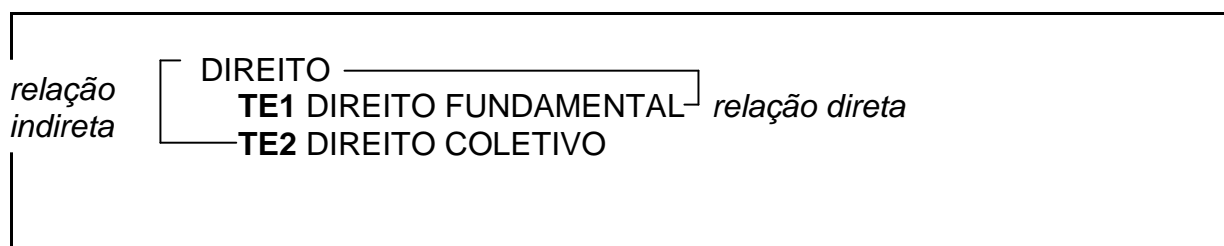


Figura 8: Relação direta e indireta

Fonte: Vocabulário Jurídico Controlado

Relação associativa, símbolo e natureza.

A quadro 23 mostra a relação associativa, símbolo e natureza retirados como exemplos do tesouro.

<i>Relação associativa</i>	<i>Natureza da relação</i>	<i>Símbolo utilizado</i>
BACHAREL EM DIREITO TR ADVOGADO	Formação (atividade) e profissional (produto)	TR (Termo Relacionado)
COMPRA E VENDA TG1 CONTRATO	Ação e instrumento da ação	

Quadro 23: Relação associativa, símbolo e natureza
Fonte: Vocabulário Jurídico Controlado

4.4 Vocabulário Controlado Básico

Dentre todos os tesouros, o Vocabulário Controlado Básico (VCB) é o que apresenta maior número de formas de acesso, tendo duas versões *online* (uma acessada pelo site do Senado Federal <http://biblioteca.senado.gov.br:8991/F/KPA7TUVLE1Y5PY2HB9DS8MYJGGT2BDUBUPH1KQQT811Y6DDVVT-03762?func=find-b-0&local_base=sen10> e outra pelo site WebThes <<http://webthes.senado.gov.br/thes/>>) e uma versão em pdf⁶.

A análise deste tesouro é apresentada da seguinte maneira: quando as três versões apresentam similaridade é mostrada apenas uma delas, quando ocorrerem diferenças entre elas são exemplificadas cada versão e sua especificidade.

Aspectos gerais

Quanto aos aspectos gerais, o VCB contempla as seguintes variáveis: introdução, formatos de saída, vinculação a uma base de dados e possibilidade de propor novos termos.

No caso da versão *online*, acessada pelo site do Senado Federal, algumas informações sobre os aspectos gerais foram retiradas das Diretrizes para construção do tesouro da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI (BRASIL, 2007b).

⁶ Apesar da versão em pdf não estar disponível *online*, optou-se por contemplá-la nesta pesquisa por ter um caráter complementar as duas outras versões *online* deste tesouro.

No caso da versão *online*, acessada site da WebThes, as informações foram retiradas da página principal

No caso da versão pdf, as informações foram identificadas no próprio documento.

A introdução mais completa é da versão em pdf, pois apresenta informações da estrutura do tesouro, sua composição e um breve histórico do VCB.

Quanto ao formato de saída, este aspecto é o que possui maior discrepância entre os três tesouros. As três figuras a seguir demonstram esta característica.

The screenshot shows a web browser window titled 'Autoridades - VCB - Registro Completo - Microsoft Internet Explorer'. The address bar contains a long URL from the Senado Federal website. The page has a navigation menu with options like 'Identificação', 'Encerrar Sessão', 'Bases de Dados', 'Usuário', 'Histórico de Buscas', 'Preferências', 'Fale Conosco', and 'Ajuda'. Below the menu, there are buttons for 'Ad. Pasta Virtual', 'Ad. Meus Docs', 'Localizar', 'Pedir EEB', 'Salvar / E-mail', and 'Salvar no Servidor'. The main content area is titled 'Registro Completo' and shows the following details:

Escolher formato: Padrão Ficha Formato Reduzido Nomes MARC Campos MARC	
Registro 5 de 8 ◀ Registro Ant. Próx. Registro ▶	
N. Sistema	000004882
Descritor	Inquérito administrativo
Termo geral	Inquérito
	Processo administrativo
Termo específico	Perícia (processo administrativo)
Termo relacionado	Decisão administrativa
	Direito de defesa (processo administrativo)
	Sindicância administrativa
Ocorrências	++
Base	VCB
Sub-base	341.3 - Direito Administrativo
Classificação CDD	341.362

At the bottom of the page, there are links for 'Encerrar Sessão', 'Preferências', 'Fale Conosco', 'Ajuda', 'EEB', and a copyright notice '© 2004 Ex Libris'.

Figura 9: VCB pelo site de Senado
Fonte: Site do Senado Federal

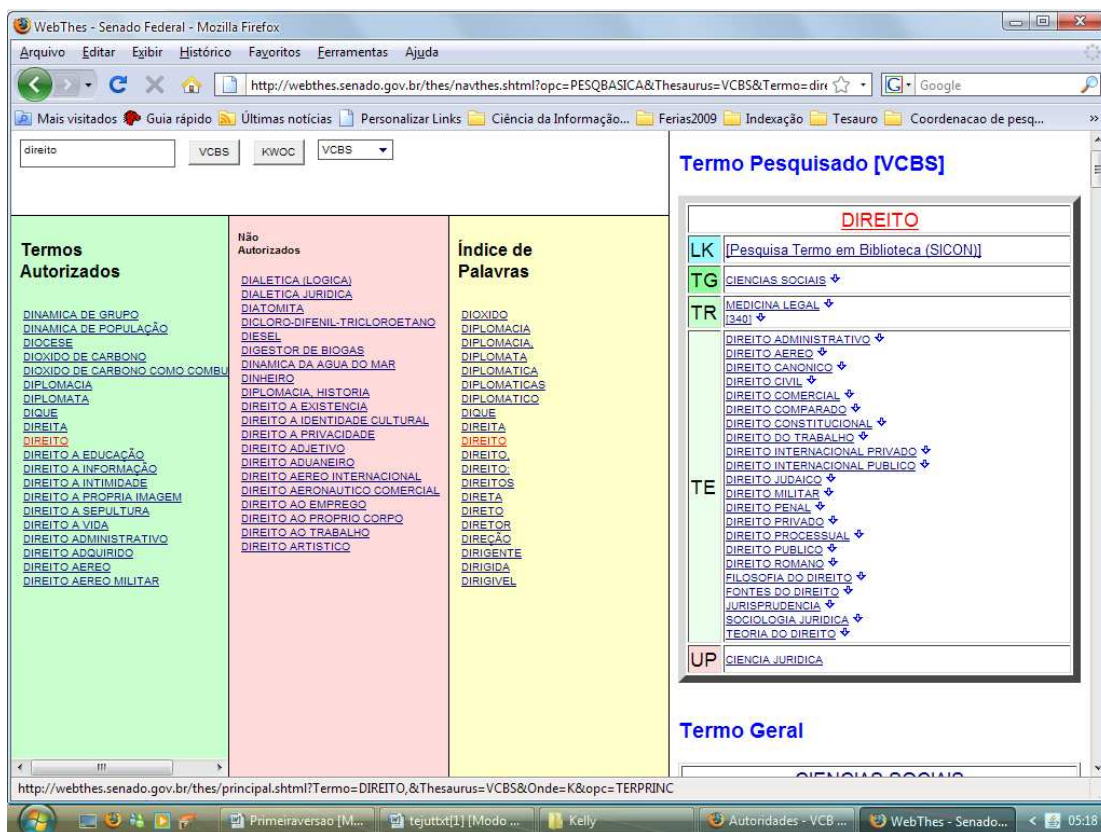


Figura 10: VCB pelo site Webthes
Fonte: Webthes

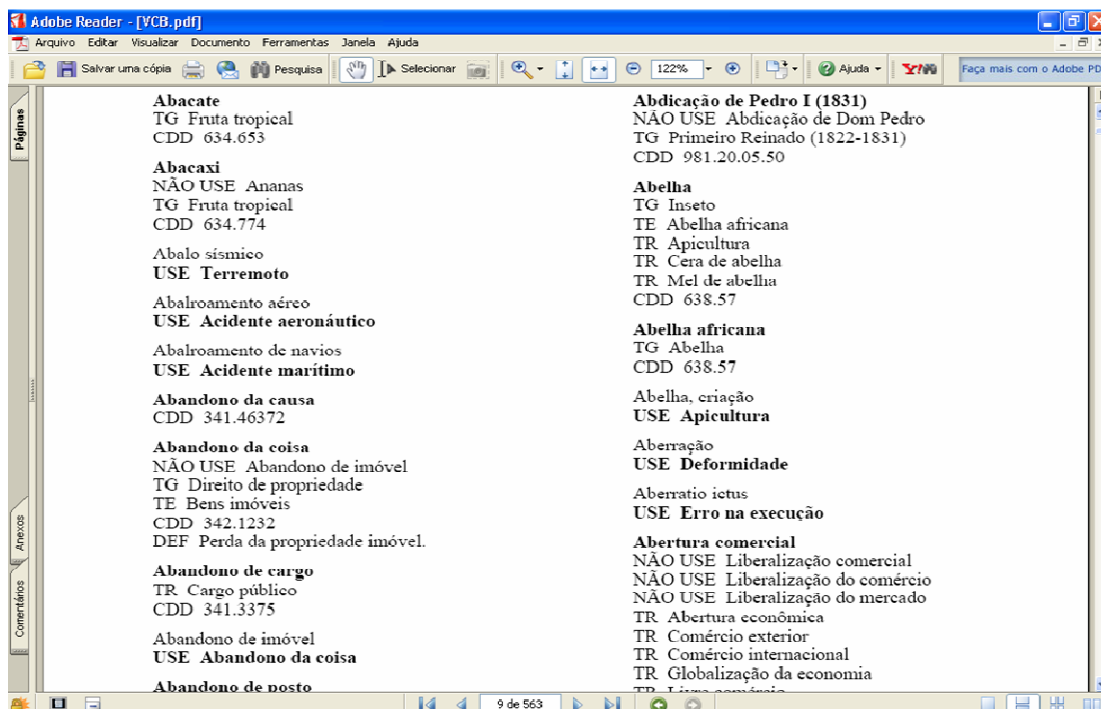


Figura 11: VCB em versão pdf
Fonte: Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho do Senado Federal

A versão *online* do site do Senado Federal apresenta apenas a saída alfabética estruturada. Enquanto que a versão *online* do site do WEBthes

mostra a lista alfabética a esquerda da tela e a lista alfabética-estruturada à direita. Finalmente, a versão pdf possui somente a forma alfabética-estruturada.

Quanto ao aspecto vinculação a base de dados, somente o VCB acessado pelo site do Senado Federal tem esta característica, uma vez que ele está disponível para facilitar a recuperação de documentos em várias bases de dados do Senado Federal.

No entanto, a versão *online* do site WebThes, apesar de não estar vinculada a base de dados, traz esta informação conforme pode ser verificado no que é relatado em sua introdução:

O Vocabulário Controlado Básico é a fonte básica da linguagem documental desenvolvida para a indexação e recuperação dos documentos nos seguintes bancos de dados:

- Banco de Dados BIBR - Monografias;
- Banco de Dados PERI - Publicações seriadas e artigos de periódicos;
- Banco de Dados JORN - Artigos de jornais;
- Banco de Dados OBRAS - Obras raras. Brasil [199-?]

Na versão em pdf,, não é mencionado sobre a vinculação a base de dados pelo VCB.

De acordo com a variável referente a possibilidade de propor novos termos, aparentemente nenhuma das três versões possibilita esta ação. No entanto, na versão pdf é relatado que “o trabalho de atualização do VCB é constante e, além da inclusão de termos novos a base de dados, a Gerência altera e/ou complementa outros já existentes, com definições, notas explicativas, correções na estrutura etc.” (BRASIL, 2006, p. 6). O que nos faz concluir que não haja uma opção de inclusão aberta a qualquer usuário, mas que este procedimento é realizado por uma equipe específica para este fim.

Aspectos terminológicos

Verificam-se em relação aos aspectos terminológicos as seguintes variáveis: termos quanto a sua forma substantivada, adoção do singular, qualificadores, especificadores/modificadores e notas explicativas. Não existindo neste tesouro a variável lista de identificadores.

Forma substantivada

Os termos são expostos nas formas [substantivo + adjetivo] e [substantivo + preposição + substantivo], exemplificadas abaixo.

[substantivo + adjetivo]	Pena alternativa
[substantivo + preposição + substantivo]	Comutação da pena

Quadro 24: Forma substantivada

Fonte: Vocabulário Controlado Básico

Qualificadores

Os qualificadores servem para diferenciar homônimos e, segundo a normas aparecem entre parênteses restringindo o significado dos descritores. Identificamos o uso do qualificador no descritor PERÍCIA (PROCESSO ADMINISTRATIVO) presente na versão *online* disponível no site do Senado Federal, conforme pode ser verificado na figura 9 da página 41.

Adoção do singular

É respeitada a regra de adoção do singular em todas as versões.

Formas no singular	Cultivo
Formas no plural	Adicionais

Quadro 25: Adoção do singular

Fonte: Vocabulário Controlado Básico

Especificadores/modificadores

Nas versões *online* e pdf, os especificadores são mencionados em nota explicativa, enquanto que na versão *online* do Senado Federal, além de fazerem parte da nota explicativa, há a informação de que eles são especificadores e de são elementos de uma base denominada Especificadores, conforme pode ser verificado pelo termo ESCASSEZ que ilustra as figuras abaixo.

ESCASSEZ	
NE	USAR, TAMBEM, SUBORDINADO A DETERMINADOS ASSUNTOS. EX: ALIMENTO, ESCASSEZ
LK	[Pesquisa Termo em Biblioteca (SICON

Figura 12: Exemplo de especificador

Fonte: Webthes

The screenshot shows a web interface for the Senado Federal. At the top, there are navigation tabs: 'Identificação', 'Encerrar Sessão', 'Bases de Dados', 'Usuário', 'Histórico de Buscas', 'Preferências', and 'Fale Conosco'. Below these are search options: 'Busca por Listas', 'Busca por Palavras', 'Resultados', 'Buscas Anteriores', and 'Meus Docs'. The main content area is titled 'Registro Completo' and shows 'Registro 1 de 3'. It includes a table with the following data:

N. Sistema	000014931
Especificador	escassez
Nota explicativa	Usar subordinado a determinados assuntos. Ex: Alimento, escassez .
Base	ESPECIFICADOR

At the bottom of the page, there are links for 'Encerrar Sessão', 'Preferências', 'Fale Conosco', 'Ajuda', 'EEB', and '© 2004 Ex Libris'.

Figura13: Exemplo de especificador
Fonte: Site do Senado Federal

Considera-se que na versão *online* do Senado Federal é mais clara devido ao fato de haver a indicação do tipo de descritor e de que base ele faz parte.

Nota de explicativa e sua função

Assim como nos demais tesouros, a nota explicativa é apresentada com duas finalidades: informar o significado e orientar a indexação.

Nota de explicativa com função de informar o significado	Ação de repetição de indébito Nota explicativa Aquela em que se requer a restituição do que se pagou indevidamente
Nota explicativa com função de orientar a indexação	Abolicionismo (1630-1888) Nota explicativa Acrescentar sempre Brasil como especificador geográfico.

Quadro 26: Nota de explicativa
Fonte: Vocabulário Controlado Básico

Aspectos sobre a relação entre conceitos

As relações entre conceitos estabelecidas neste tesouro são representadas pelas seguintes variáveis: relação de equivalência e símbolo, relação hierárquica e símbolo, relação direta, relação indireta e relação associativa, símbolo e natureza.

Relação de equivalência e símbolo

Nas versões em pdf e *online* do Senado Federal, são utilizados os mesmos símbolos para a relação de equivalência (USE E NÃO USE), sendo que na versão *online* do Senado Federal ainda é completada a informação com a expressão “NÃO AUTORIZADO” ao lado do não-descritor. A figura a seguir mostra o exemplo da versão disponível no Senado Federal.

The screenshot shows the 'Registro Completo' page for 'Fruta tropical'. The page includes a navigation menu at the top with options like 'Identificação', 'Encerrar Sessão', 'Bases de Dados', 'Usuário', 'Histórico de Buscas', 'Preferências', and 'Fale Conosco'. Below the menu, there are search options: 'Busca por Listas', 'Busca por Palavras', 'Resultados', 'Buscas Anteriores', and 'Meus Docs'. The main content area shows the record details for 'Fruta tropical' (N. Sistema: 000004140). The 'Não Use' field is highlighted with a red arrow and contains the following entries: 'Caqui -- NÃO AUTORIZADO' and 'Goiaba -- NÃO AUTORIZADO'. Other fields include 'Termo geral' (Fruta), 'Termo específico' (Abacate, Abacaxi, Banana, Caju, Mamão, Maracujá), 'Ocorrências' (45), 'Base' (VCB), 'Sub-base' (630 - Agricultura), and 'Classificação CDD' (634.6).

N. Sistema	000004140
Descritor	Fruta tropical
Não Use	Caqui -- NÃO AUTORIZADO Goiaba -- NÃO AUTORIZADO
Termo geral	Fruta
Termo específico	Abacate Abacaxi Banana Caju Mamão Maracujá
Ocorrências	45
Base	VCB
Sub-base	630 - Agricultura
Classificação CDD	634.6

Figura14: Exemplo de relação de equivalência
Fonte: Site do Senado Federal

Na versão *online* disponibilizada pelo Webthes, é adotada a expressão **UP Usado Para** como mostra na figura 10 (página 43).

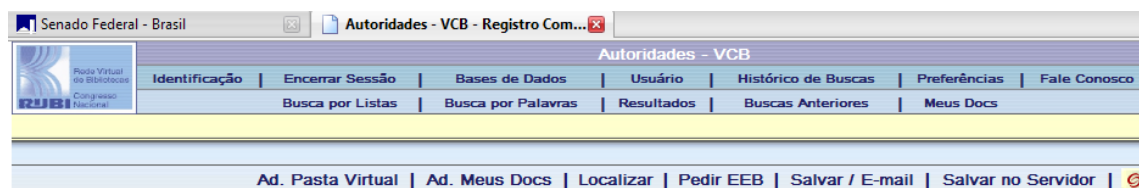
Relação hierárquica e símbolo

A relação hierárquica, na versão *online* do site do Senado Federal, o símbolo da relação é escrito de forma não abreviada. Já nas versões em pdf e *online* disponível no site Webthes, utiliza-se a abreviatura TG e TE, conforme se pode verificar nas (figuras 9, 10 e 11 das páginas 42 e 43).

Relação direta e relação indireta

Tanto a relação direta como a indireta são apresentadas em todas as versões do tesouro. Na figura a seguir é mostrado um exemplo da versão

online do Senado Federal em que a linha preta mostra a relação direta e a linha vermelha a relação indireta.



Registro Completo

Escolher formato: [Padrão](#) | [Ficha](#) | [Formato Reduzido](#) | [Nomes MARC](#) | [Campos MARC](#)

Registro 9 de 9

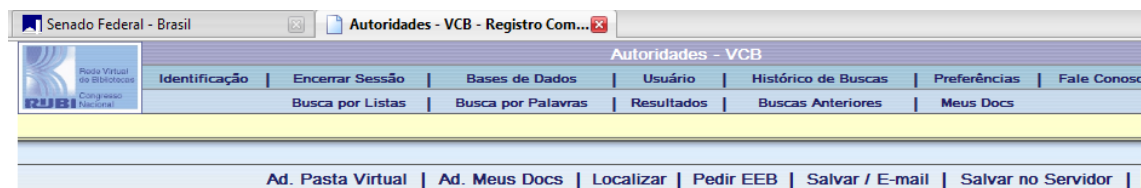
[◀ Registro Ant.](#) [Próx. R](#)

N. Sistema	00000011
Descritor	Abelha
Termo geral	Inseto
Termo específico	Abelha africana
Termo relacionado	Apicultura
	Cera de abelha
	Mel de abelha
Ocorrências	++
Base	VCB
Sub-base	500 - Ciências Naturais e Matemática (Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia)
Classificação CDD	638.57

Figura 15: Relação direta e indireta
Fonte: Site do Senado Federal

Relação associativa, símbolo e natureza.

A última relação descrita é relação associativa. Assim como na relação hierárquica, apenas a versão *online* do Senado Federal identifica esta relação de forma não abreviada. A figura a seguir exemplifica este caso, sendo a natureza da relação efeito (agressão) e causa (legítima defesa).



Registro Completo

Escolher formato: [Padrão](#) | [Ficha](#) | [Formato Reduzido](#) | [Nomes MARC](#) | [Campos MARC](#)

Registro 2 de 7

[◀ Registro Ant.](#) [Próx.](#)

N. Sistema	000005216
Descritor	Legítima defesa
Termo relacionado	Agressão (direito penal)
Ocorrências	++
Base	VCB
Sub-base	341.5 - Direito Penal
Classificação CDD	341.528

Figura 16: Relação associativa
Fonte: Site do Senado Federal

4.5 Síntese da análise

Nesta sessão, é relatado um diagnóstico geral dos tesouros analisados tendo por fim oferecer um panorama sobre o nível de comprometimento das instituições com as regras determinadas para elaboração de instrumentos desta natureza. Optamos por não identificar especificamente o tesouro, mas fornecer uma visão mais global, uma vez que na análise dos dados desta pesquisa este objetivo já foi cumprido.

Quanto aos aspectos gerais, a variável introdução foi apresentada por todos os tesouros, sendo por alguns elaborada de forma mais clara. De maneira geral, a maioria apresenta nesta parte: o histórico do tesouro, a instituição responsável, a forma de elaboração do tesouro e seus constituintes (termos e relações). No que se refere ao formato de saída, o mais adotado é o alfabético-estruturado, sendo que alguns tesouros apresentam também lista de termos por categorias e subcategorias e lista alfabética. Em relação à vinculação do tesouro a uma base de dados, esta característica é verificada em três dos quatro tesouros analisados. Ressalta-se que, sendo este instrumento construído justamente para indexar documentos em base de dados, o fato de ele não estar vinculado a uma delas torna-o de certa forma inútil. Quanto a possibilidade de propor novos termos, apenas um tesouro ofereceu esta possibilidade, enquanto os demais mencionam sua importância mas não apresentam esta possibilidade. Acredita-se que seja pelo fato de serem tesouros de uma área específica e que, portanto, somente especialistas possam propor termos, devendo isto ser realizado junto à equipe de elaboração do tesouro.

No que se refere aos aspectos terminológicos, a forma substantivada e o uso do singular e plural foram adotados por todos os tesouros, estando eles, portanto, dentro das regras estabelecidas pelas normas de elaboração de tesouros identificadas na literatura. Em relação as lista de identificadores, estas não foram identificadas em qualquer dos tesouros analisados. Apenas em três tesouros esteve presente a lista de especificadores/modificadores, sendo que somente um deles a apresenta como lista anexa como recomendado pela prática de construção de tesouros. Os outros dois mostram os especificadores/modificadores em nota explicativa. Em se tratando das notas

explicativas, elas estão em todos os tesouros e cumprem tanto a função de indicar o significado do descritor como orientar o uso dele na indexação, conforme prescrito pelas normas. Quanto a sua denominação, apenas um tesouro utiliza o nome Nota de Escopo ao invés da denominação Nota Explicativa. No entanto, este também é um nome autorizado na literatura.

Considerando os aspectos sobre a relação entre conceitos, estes foram os que os tesouros mais deram importância. A relação de equivalência e seu símbolo estiveram presentes em todos os tesouros. O símbolo utilizado foi USE e UP (usado para), conforme a tradução adotada para a língua portuguesa. Na relação hierárquica e símbolo todos os tesouros analisados adotam esta relação e suas simbologias correspondem as normas (TG e TE). Quanto à relação direta, esta ocorre em todos os tesouros, enquanto a relação indireta apenas em três tesouros. No que se refere à relação associativa, símbolo e natureza, esta variável é adotada por todos os tesouros, sendo a simbologia representada por TR (Termo Relacionado).

5 CONCLUSÃO

Este trabalho proporcionou um significativo aumento de conhecimento do tema escolhido, obtendo-se uma visão muito mais fundamentada e crítica, não somente na área, mas também de mundo.

Conclui-se que os tesouros na área de Direito em língua portuguesa e disponíveis *online* cumprem com a maior parte do determinado pelas regras de elaboração de tesouro. Ressalta-se que alguns deles vão além das normas quando, por exemplo, apresentam os nomes das relações semânticas por extenso. Considerando-se que os tesouros estão *online* e acessíveis a usuários que não necessariamente conhecem a simbologia adotada em instrumentos desta natureza, a opção pelo nome por extenso ajuda a compreensão do uso do tesouro na recuperação.

Outro exemplo de criatividade refere-se à inclusão da orientação quanto ao uso de especificadores na nota explicativa. Nas normas, é dito que os especificadores devem fazer parte de uma lista anexa ao tesouro por não fazerem parte da estrutura conceitual do tesouro. No entanto, o fato de incluir esta informação em nota explicativa, além de conter uma lista de especificadores a parte, auxilia sobremaneira o indexador na sua tarefa.

De forma geral, pode-se concluir que os tesouros da área de Direito encontram-se dentro das normas, o que a torna um domínio exemplo para outras áreas. Finalmente, com tesouros de qualidade, pode-se inferir que esta área deva gerar uma boa recuperação de seus acervos por parte do usuário.

REFERÊNCIAS

AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE. **ANSI/NISOZ39.19-2003**. Guidelines for the construction, format, and management of monolingual thesauri. Bethesda, 2003. 69 p.

ATINEZA, Cecília Andreotti. **Documentação jurídica**: introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

BAPTISTA, S. G.; CUNHA, M. B. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, p. 168-184, 2007. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/viewarticle.php?id=556>>. Acesso em: 01 out. 2007.

BRAGA JÚNIOR, Mário de Sena. **Proposta de modelo RBS para a recuperação inteligente de jurisprudência na justiça federal**. 2001. 87 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/7460.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2008

BRASIL. Conselho da Justiça Federal. **Tesouro Jurídico da Justiça Federal**. Brasília, DF, 2007a. Disponível em <<http://www.cjf.jus.br/Consultas/Consultas.asp>> Acesso em: 31 mar. 2009.

BRASIL. Senado Federal. **Diretrizes para construção do tesouro da Rede Virtual de Bibliotecas** – Congresso Nacional – RVBI/desenvolvido pelo Grupo de Estudo do Tesouro da RVBI. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Biblioteca, 2007b, 76 p. (Edições da Biblioteca do Senado Federal; v. 1)

BRASIL. Senado Federal. **Vocabulário Controlado Básico**. Brasília, DF, [1991?]. Disponível em: <http://biblioteca.senado.gov.br:8991/F/DK3NU2G52USVR1SYRCXM4GR4DYBMP3CX2PXPCCV1IUFSXERJFI-00117?func=find-b-0&local_base=sen10/> Acesso em: 10 mar. 2009

BRASIL. Senado Federal. **Vocabulário Controlado Básico**. Brasília, DF, [199-?]. Disponível em: <http://webthes.senado.gov.br/thes/>. Acesso em: 07 mar. 2009.

BRASIL. Senado Federal. **Vocabulário Controlado Básico**. Brasília, DF, 2006, 563 p.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Vocabulário Jurídico Controlado**. Brasília, DF, [199-]. Disponível em < <http://www.stj.jus.br/SCON/thesaurus/>> Acesso em: 07 mar. 2009.

CAMPOS, Maria Luiza Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Metodologia de elaboração de tesauro conceitual: a categorização como princípio norteador. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.11 n.3, p. 348-359, set./dez. 2006.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Candido R.. **Teoria geral do processo**. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 1997. 364 p.

CINTRA et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Polis, 2002. 92p.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, v.7, n.2, p. 101-107, 1978.

BITI - Biblioteconomia, Informação e Tecnologia da Informação. Elaboração de tesouros documentários: tutorial. 2004. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bitit>>. Acesso em: 7 dez. 2008.

DODEBEI, Vera Lucia Doyle. **Tesauro: linguagem de representação documentária**. Rio de Janeiro: Intertexto, 2002. 119p ISBN 8571930643 (broch.)

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. p. 85-137.

GOMES, H. E. **Manual de elaboração de tesouros monolíngües**. Brasília: PNBIES, 1990.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. **Elaboração de ementas jurisprudenciais**: elementos teórico-metodológicos. Brasília, Conselho da Justiça Federal, 2004. 154 p. (Série Monografias do CEJ, 9).

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Diretrizes para a elaboração de tesouros monolíngües**. Brasília, 1984. 70 p.

KOBASHI, Nair Yumiko. Análise documentaria no âmbito da circulação de informações. In: _____. **Elaboração de informações documentárias**: em busca de uma metodologia. 1994. 195f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. cap.2, p. 15-25.

INTERNATIONAL STANDARDS ORGANIZATION. Information transfer. In: _____. **ISO/R 2788-1974**: Documentation– Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri. Genebra, 1982, p. 120-134.

KOBASHI, Nair Yumiko. Análise documentaria no âmbito da circulação de informações. In: _____. **Elaboração de informações documentárias**: em busca de uma metodologia. 1994. 195f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. cap.2, p. 15-25.

LANCASTER, F. W.. **Indexação e resumos: teoria e pratica**. Brasilia, DF: Briquet de Lemos / Livros 2004. 347p

MARRONI, Gilza Nuria Brandão. **Identificação e delimitação de relações associativas em tesouros**: um estudo de caso na área de direito do trabalho. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.cid.unb.br/publico/setores/100/145/download/Gilza%20N%C3%BAria%20Brand%C3%A3o%20Marroni.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2008.

PIEIDADE, MARIA ANTONIETA REQUIÃO. **Introdução a teoria da classificação**. Rio de Janeiro: Interciência, 1977. 190 p.

PIEIDADE, MARIA ANTONIETA REQUIÃO. **Introdução a teoria da classificação**. 2. ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Interciência, 1983. 221p.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Serviço de Documentação. **Thesaurus de Direito do Trabalho 4ª EDIÇÃO**. 2008. Disponível <<http://www.infolegis.com.br/TEJUT.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2009.

RIBEIRO NETO, Berthier; ASSUMPÇÃO, Rodrigo Tôrres. **Recuperação de Documentos Jurídicos Baseada em um Tesouro**. Belo Horizonte: UFMG, 2001. 15 p. Disponível em <<http://www.lbd.dcc.ufmg.br:8080/colecoes/sbbd/2001/001.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2008.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2000, 121p.

VAREJÃO, José Ricardo do Nascimento. Direito: a impossibilidade de dar-lhe uma definição. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 6, n. 52, nov. 2000. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2388>>. Acesso em: 01 nov. 2008.

APÊNDICE A – Lista de tesouros

Os tesouros analisados nesta pesquisa são:

- **Mundo do trabalho** (<http://www.unitrabalho.org.br/>). Este tesouro busca a padronização dos descritores. Foi elaborado por uma fundação de pesquisa sobre o trabalho, que sentiu essa necessidade por verificar que a indexação, ao ser realizada pelos próprios pesquisadores sem um a adoção de um instrumento padronizador da terminologia, gerava inconsistências na recuperação.
- **TEJUT - Thesaurus em Direito do Trabalho** (<http://tejut.pdf/> e http://eprints.rclis.org/archive/00006262/02/THES_2006_pt1.pdf). Tem por objetivo representar os documentos da forma mais eficiente possível para e evitar a recuperação de documentos irrelevantes,
- **Tesouro CNI** (<http://www.cni.org.br/> e <http://www.eci.ufmg.br/cendon/pesquisa/vocabulario/tesouro.htm>). Cobre as seguintes áreas do conhecimento: Economia, Direito, Tecnologia Industrial, Infra-Estrutura (Energia, Transporte, Telecomunicações), Informática, Administração, Ação Social e Meio Ambiente, e esta disponível em disquete ou cd-rom;
- **Tesouro Jurídico da Justiça Federal** (<http://www.cjf.gov.br/Consultas/Consultas.asp>). É composto por categorias e subcategorias buscando uma maior flexibilidade e uniformidade;
- **Vocabulário Jurídico Controlado – Superior Tribunal da Justiça** (<http://www.stj.gov.br/webstj/Processo/Jurisp/Thesaurus/>). É composto por elementos que garantem a recuperação da informação com maior precisão, flexibilidade e uniformidade.

- **VCBS** (<http://webthes.senado.gov.br/thes/default-vcbs.htm>). Possui uma linguagem documental retirada das fontes básicas com o objetivo de alcançar uma melhor indexação e recuperação dos documentos.

APÊNDICE B – Variáveis de análise dos tesouros.

VARIÁVEIS DE ANÁLISE DOS TESAURO

Aspectos gerais	T1	T2	T3	T4
Possui introdução?	X	X	X	X
Formatos de saída apresentados.	X	X	X	X
Está vinculado a uma base de dados?	X		X	X
Há possibilidade de propor novos termos?	X			X

Aspectos terminológicos	T1	T2	T3	T4
Termos na forma substantivada?	X	X	X	X
Termos no singular?	X	X	X	X
Qualificadores?				X
Lista de Identificadores?				
Lista de Especificadores/Modificadores?	X	X		X
Notas explicativas?	X	X	X	X
Função das notas explicativas	X	X	X	X

Aspectos sobre a relação entre conceitos	T1	T2	T3	T4
Relação de equivalência e símbolo	X	X	X	X
Relação hierárquica e símbolo	X	X	X	X
Relação direta	X	X	X	X
Relação indireta		X	X	X
Relação associativa, símbolo e natureza	X	X	X	X

Legenda:

T1 - Thesaurus de Direito do Trabalho

T2 – Tesouro Jurídico da Justiça Federal

T3 – Vocabulário Jurídico Controlado

T4 – Vocabulário Controlado Básico